



Ata nº 051 da Sessão Ordinária nº 051, de
02 de setembro de 2014.

1 Às nove horas do dia dois de setembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO**
4 **CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência
5 justificada do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presença da Procuradora Geral do Ministério
6 Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o
7 Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária
8 realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Márcia
9 Costa e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do
10 artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
11 manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
12 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e
13 aprovação das Atas das Sessões nº's 043/2014 e 044/2014. Em sequência, apresentada a **PAUTA**
14 **DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**
15 **980022005-00; Câmara Municipal da Parauapebas; Prestação de Contas – Exercício 2005;**
16 **Responsável: Percília Rosa Martins; Instrução: 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
17 **Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Publicado no DOE nº 32.716, de**
18 **29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
19 dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos
20 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
21 proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas da Sra. Percília Rosa Martins, Ordenadora da Câmara*
22 *Municipal de Parauapebas, exercício de 2005, nos termos do Art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94,*
23 *devendo a Ordenadora recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor de R\$-9.158,00*
24 *(nove mil, cento e cinquenta e oito reais), pago ao Presidente da Câmara, em desacordo com o Art. 29, VI,*
25 *"d", da Constituição Federal. Ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-8.000,00 (oito mil reais),*
26 *na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas no total de R\$-*
27 *1.010.126,93, sem o devido processo licitatório. Nos termos do § 5º do Art. 52 da Lei Complementar nº*
28 *25/94, cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** o Conselheiro Antonio
29 José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na
30 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A
31 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das
32 contas da Sra. Percília Rosa Martins, Ordenadora da Câmara Municipal de Parauapebas, exercício de
33 2005, nos termos do Art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres
34 Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-9.158,00 (nove mil, cento e cinquenta e
35 oito reais), pago ao Presidente da Câmara em desacordo com o Art. 29, VI, "d", da Constituição
36 Federal; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP,
37 no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$-8.000,00 (oito mil reais), na forma do Art. 120-A, II,
38 Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas no total de R\$-1.010.126,93, sem o



devido processo licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 983972006-00; Fundo de Educação do Município de Parauapebas;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Raimundo Oliveira Neto; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Parauapebas, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira Neto, nos termos do Art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM, devendo ser expedido ao referido Ordenador, o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-87.573.489,87 (oitenta e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), somente após o recolhimento ao FUMREAP, da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do Art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º e 2º quadrimestres*”. **Em votação:** o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Parauapebas, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira Neto, nos termos do Art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-87.573.489,87 (oitenta e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do Art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 1º e 2º quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 983982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas;** Prestação de Contas de 2006; Responsável: Manoel Evaldo Benevides Alves; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Parauapebas, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira Neto, nos termos do Art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, devendo ser expedido ao referido Ordenador, o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-87.573.489,87 (oitenta e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), somente após o recolhimento ao FUMREAP, da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do Art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º e 2º quadrimestres*”. **Em votação:** o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Parauapebas,



exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Oliveira Neto, nos termos do Art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-87.573.489,87 (oitenta e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do Art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 1º e 2º quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 983982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Manoel Evaldo Benevides Alves; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Manoel Evaldo Benevides Alves, nos termos do Art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, devendo ser expedido ao referido Ordenador, o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-82.071.480,78 (oitenta e dois milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), somente após o recolhimento ao FUMREAP, da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do Art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 1º e 2º quadrimestres”. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Manoel Evaldo Benevides Alves, nos termos do Art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-82.071.480,78 (oitenta e dois milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), na forma do Art. 120-B, I, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 1º e 2º quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 104312010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Aveiro; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Maria Gorete Dantas Xavier (01.01. a 23.08.2010) e Manoel Pereira de Oliveira (24.08 a 31.12.2010); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Aveiro, exercício 2010, de responsabilidade da Sra. Maria Gorete Dantas Xavier (01.01 a 23.08.2010), com aplicação de multa no valor de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), de acordo com o Art. 57, § 3º, I c/c LO/TCM nº 84/2012, e do Sr. Manoel Pereira



de Oliveira (24.08 a 31.12.2010), com aplicação de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais) pela remessa extemporânea (90 dias) do 3º quadrimestre nos termos do Art. 57, § 3º, II c/c LO/TCM nº 84/2012. Em seguida, antes do julgamento do processo de nº 5 da pauta, o Conselheiro José Carlos Araújo anunciou a presença em Plenário de 40 (quarenta) estudantes do 2º ano do ensino médio do Colégio Moderno que participaram do Projeto "TCM de Portas Abertas", saudados pelo Conselheiro Cezar Colares, demais Conselheiros presentes à Sessão, bem como pela Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará **Processo nº 1330052005-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Aldenor Bezerra Pontes; Instrução 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sergio Leão, com pedido de VISTA a Conselheira Mara Lúcia na Sessão do dia 12.08.2014. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA**: *"acompanho o posicionamento do Conselheiro Relator Sérgio Leão, pela irregularidade da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá, de responsabilidade do Sr. Aldenor Bezerra Pontes".* **Em votação:** na Sessão do dia 12.08.2014, o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, e o Conselheiro Aloísio Chaves não votou, pois encontrava-se ausente no momento da votação. Na presente Sessão, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 134162011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Barcarena; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Rosângela Noriko Oda Dias; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barcarena, exercício financeiro 2011, de responsabilidade de Rosângela Noriko Oda Dias, pelas irregularidades graves e danosas ao Erário, devendo a Ordenadora efetuar os seguintes recolhimentos: 1) aos Cofres Municipais: a) devolução do valor de R\$-101.319,92 (cento e um mil, trezentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), pelo lançamento à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; b) devolução do valor de R\$-4.069.884,14 (quatro milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos), repassado por convênios, sem comprovação à terceiros, e sem as respectivas prestações de contas, conforme relatório técnico às fls.229/237; 2) Ao FUMREAP/TCM, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: -R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º quadrimestre (126 dias), nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; -R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social e Ata de apreciação das contas, nos termos do caput, do Art. 284, do RI/TCM/Pa; – R\$-15.000,00 (quinze mil reais), multa pelas despesas não licitadas no valor de R\$ 2.054.434,00, com base no Art. 282, "b", do RI/TCM/PA; – R\$-6.000,00 (seis mil reais), multa pelo não envio dos Convênios nº's 004/11, 005/11 e 006/11 e suas respectivas prestações de contas, firmados*



com o Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Barcarena; pelo não envio do Convênio nº 001/11 e sua respectiva prestação de contas, firmado com o Instituto Integrado de Desenvolvimento Com. Educ. Zita Cunha; e pelo não envio do Convênio nº 007/11 e sua respectiva prestação de contas, firmado com a Associação das Obras Sociais – Pastoral do Menor, com base no Art. 284 RI/TCM/PA, o que caracteriza dano ao Erário; – R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pelo descontrole financeiro e orçamentário, com base no Art. 282, "b", do RI/TCM/PA.; – R\$-2.000,00 (dois mil reais), multa pelo não envio de mídia retificadora onde conste informações a respeito dos processos licitatórios realizados e movimentações orçamentárias durante o exercício de 2011, com base no Art. 284 do RI/TCM/PA; – R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais previdenciárias, com base no Art. 282, "b", do RI/TCM/PA; mesmo que tenha sido constatada a emissão de Certidão Positiva com efeitos de Negativa, o não recolhimento pelo Município dos encargos previdenciários em sua totalidade dentro do exercício, causa prejuízo financeiro a Fazenda Municipal, sujeitando a responsável a multa; declarando a Ordenadora inabilitada, nos termos do Art. 56 da LC 84/12, para o exercício de cargos comissionados ou função de confiança no serviço público; determino, ainda, cautelarmente, com base nos Art's 73 e 74, I da LC 84/12, a indisponibilidade dos bens da Ordenadora em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos causados ao Erário do Município de Barcarena, com aplicação imediata, nos termos em anexo; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barcarena, exercício financeiro 2011, de responsabilidade de Rosângela Noriko Oda Dias, pelas irregularidades graves e danosas ao Erário, com os seguintes recolhimentos: 1) aos Cofres Municipais: a) R\$-101.319,92 (cento e um mil, trezentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), pelo lançamento à conta 'Agente Ordenador", devidamente atualizado; b) R\$-4.069.884,14 (quatro milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos), repassado por convênios, sem comprovação à terceiros, e sem as respectivas prestações de contas, conforme relatório técnico às fls. 229/237; declarar a Ordenadora inabilitada, nos termos do Art. 56 da LC 84/12, para o exercício de cargos comissionados ou função de confiança no serviço público; determinar, cautelarmente, com base nos Artigos 73 e 74, I da LC 84/12, a indisponibilidade dos bens da Ordenadora em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos causados ao Erário do Município de Barcarena, com aplicação imediata; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** 2) multas ao FUMREAP/TCM, nos seguintes valores: -R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º quadrimestre (126 dias), nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/PA; -R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social e Ata de apreciação das contas, nos termos do caput do Art. 284, do RI/TCM/PA; – R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pelas despesas não licitadas no valor de R\$-2.054.434,00 (dois milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), com base no Art. 282, "b", do RI/TCM/PA; – R\$-6.000,00 (seis mil reais), pelo não envio dos Convênios nº's 004/11, 005/11 e 006/11 e suas respectivas prestações de contas, firmados com o Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Barcarena; pelo não envio do Convênio nº 001/11 e sua



respectiva prestação de contas, firmado com o Instituto Integrado de Desenvolvimento Com. Educ. Zita Cunha; e pelo não envio do Convênio nº 007/11 e sua respectiva prestação de contas, firmado com a Associação das Obras Sociais – Pastoral do Menor, com base no Art. 284 do RI/TCM/PA, o que caracteriza dano ao Erário; – R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo descontrole financeiro e orçamentário, com base no Art. 282, “b”, do RI/TCM/PA.; – R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não envio de mídia retificadora onde conste informações a respeito dos processos licitatórios realizados e movimentações orçamentárias durante o exercício de 2011, com base no Art. 284 do RI/TCM/PA; – R\$-3.000,00 (três mil reais), pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais previdenciárias, com base no Art. 282, “b”, do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 1033972011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São João de Pirabas; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Derly da Silva Rodrigues da Silva; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São João de Pirabas, exercício de 2011, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas: - R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa fora do prazo da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, na forma do Art. 120-B, II do RI/TCM/PA; e R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, com base no Art. 120-A, II, do RI/TCM/PA. **Processo nº 614132010-00; FUNDEB de Primavera; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Marcelo Silva Santos; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 730042007-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas - 2007; Responsável: Ademir João Rodrigues dos Reis (1º e 2º quadrimestres) e Isac Matos da Rocha (3º quadrimestre); Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalvas, das contas, do Sr. Ademir João Rodrigues dos Reis, Ordenador do SAAE de Santo Antonio do Tauá, no período de 01/01 a 31/08/2007, nos termos do Art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, devendo ser expedido ao citado Ordenador o “Alvará de Quitação”, no valor de R\$-186.538,91 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos), somente após o recolhimento da multa, no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º e 2º quadrimestres (superior a 90 dias). 2 - Pela aprovação, com ressalvas, das contas do Sr. Isac Matos da Rocha, Ordenador do SAAE de Santo Antonio do Tauá, no período de 01/09 a 31/12/2007, nos termos do Art. 102, parágrafo único,



do RI/TCM, devendo ser expedido ao citado Ordenador o "Alvará de Quitação", no valor de R\$-80.966,05 (oitenta mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinco centavos), somente após o recolhimento da multa, no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 3º quadrimestre (superior a 90 dias)". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Sr. Ademir João Rodrigues dos Reis (período de 01/01 a 31/08/2007), e do Sr. Isac Matos da Rocha (período de 01/09 a 31/12/2007), nos termos do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM. **Por maioria:** ao FUMREAP: Sr. Ademir João Rodrigues dos Reis, multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 1º e 2º quadrimestres (superior a 90 dias); Sr. Isac Matos da Rocha, multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação do 3º quadrimestre (superior a 90 dias). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 145492004-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA;** Prestação de Contas - 2004; Responsável: André Luis Assunção Farias (01/01 a 30/06) e Nilton Cesar Amleida Queiros (01/07 a 31/12/2004); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pelos Srs. André Luis Assunção Farias (01/01 a 30/06), e Nilton Cesar Almeida Queiroz (01/07 a 31/12/2004), Ordenadores de despesas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (SEMMA), exercício de 2004, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 714442005-00; Secretaria Municipal de Infra – Estrutura de Santarém;** Prestação de Contas - 2005; Responsável: Alba Valéria Jorge Lima; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. **Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Santarém – SEMINF, exercício de 2005, de responsabilidade de Alba Valéria Jorge Lima, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 490042010-00; Instituto de Previdência dos Servidores de Muaná;** Prestação de Contas - 2010; Responsável: Márcia Nogueira Moreira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares). **Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014.**



Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pela aprovação das contas e expedição do respectivo Alvará de Quitação*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas com a expedição do respectivo Alvará de Quitação. **Processo nº 201411491-00; Secretaria Municipal de Finanças de Santarém**; Recurso de Revisão com pedido de efeito suspensivo contra a Decisão do Acórdão nº 24.108/2013, de 03.09.2013; Responsável: Rosaline Socorro Evangelista da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.716, de 29.08.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revisão, para alterar a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 24.108, de 03.09.13, e aprovar a prestação de contas, dada a regularização do débito lançado à conta “Agente Ordenador”, sob a responsabilidade da Sra. Rosilane Socorro Evangelista da Silva, referente ao exercício financeiro de 2007, da Secretaria Municipal de Finanças de Santarém, com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-7.397.359,50 (sete milhões, trezentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). **Processo nº 200912709-00; Centro Social e Cultural “Dr. Osvaldo Melo”**; Prestação de Contas do Convênio nº 028/2009, celebrado com a SEMEC/PMB; Responsável: Aguinaldo Neves Silva; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 028/2009, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação - PM Belém e o Centro Social e Cultural “Dr. Osvaldo Melo”, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 24.150,00 (vinte e quatro mil, cento e cinquenta reais). **Processo nº 201306986-00; Associação Carnavalesca Mexe- Mexe**; Prestação de Contas do Convênio nº 015/2013 celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Kleber Alessandro Corrêa Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 015/2013, celebrado entre a Fundação Cultural do Município de Belém e a Associação Cultural e Carnavalesca Mexe Mexe, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais). **Processo nº 201311192-00;**



Escola de Samba de Matinha; Prestação de Convênio nº 023/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Raimunda de Jesus Taveira dos Santos; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 023/2013, celebrado entre a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL – PM - Belém e a Escola de Samba Matinha, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-31.000,00 (trinta e um mil reais). **Processo nº 201217353-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1223/12/12 de 20.09.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Ana Maria Gomes de Castro; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1223/2012-GP/IPAMB, de 20/09/12, afetando, consequentemente, o registro anterior. **Processo nº 201217356-00; IPAMB/PMB; Portaria nº 1220/12, de 19/09/12; Interessado: Carlos Guilherme da Silva Azevedo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1220/2012-GP/IPAMB, de 19/09/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº 201217358-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1217/12, de 19.09.2012 – Revisão de Proventos; Interessado: Francisco Xavier Costa de Moraes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1217/2012-GP/IPAMB, de 19/09/12, afetando, consequentemente, o registro anterior. **Processo nº 201217715-00; IPMA/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1330/12, de 02.10.12; Interessada: Ivanete da Silva Alves; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1330/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetando, consequentemente, o registro anterior. **Processo nº 201220667-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1606/12, de 28.11.12; Interessada: Elza Maria da Silva Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à************



362 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201220497-00;**
363 **Instituto de Previdência do Município de Capanema;** Aposentadoria - Resolução nº 026, de
364 11.12.2012; Interessada: Maria do Socorro Souza de Almeida; Ministério Público: Procuradora Maria
365 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
366 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi
367 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
368 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201219878-00;**
369 **Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria – Portaria nº 081/12, de
370 05.12.2012; Interessada: Margaret da Silva Pinho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
371 Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
372 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada
373 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
374 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201216227-00; Instituto**
375 **de Previdência e Assistência do Município de Castanhal;** Aposentadoria – Portaria nº 065/12,
376 de 01.10.12; Interessada: Maria da Conceição dos Santos Gomes; Ministério Público: Procuradora
377 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o
378 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
379 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
380 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**
381 **20120178-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria – Portaria
382 nº 086/12, de 12.12.12; Interessada: Sônia Pantoja Rocha; Ministério Público: Procuradora Maria
383 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
384 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi
385 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
386 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217890-00;**
387 **IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 1193/12, de 10.10.12; Interessada: Maximiana da Silva
388 Rodrigues (Viúva) e Alex Rafael da Silva Rodrigues (Filho Menor); Ministério Público: Procuradora
389 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o
390 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
391 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
392 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**
393 **201302941-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 0076/13, de 17.01.13; Interessada: Osmaria
394 Barbosa da Silva, Viúva do Servidor Inativo Moacir Sousa da Silva; Ministério Público: Procuradora
395 Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o
396 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
397 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
398 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**
399 **201306069-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba;** Aposentadoria –
400 Portaria nº 027, de 17.04.2013; Interessado: Arlita Santos Fonseca; Ministério Público: Procuradora
401 Maria Regina Cunha; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio



Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*proponho ao Douto Plenário o registro da Aposentadoria da Sra. Arlita Santos Fonseca, no cargo de Professor Especializado Nível II, com provento mensal de R\$-2.370,80 (dois mil, trezentos e setenta reais e oitenta centavos), conforme o disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da aposentadoria da Sra. Arlita Santos Fonseca, no cargo de Professor Especializado Nível II, com provento mensal de R\$-2.370,80 (dois mil, trezentos e setenta reais e oitenta centavos), conforme o disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003. **Processo nº 201210788-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Aposentadoria – Portaria nº 030, de 08.05.2012; Interessado: Arnaldo Silva da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares)**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*proponho ao Douto Plenário, o registro da Portaria nº 030/2012, do Instituto de Previdência do Município de Breves que aposenta por invalidez o Senhor Arnaldo Lima da Silva, no cargo de Vigia com proventos integrais de R\$-1.100,94 (hum mil, e cem reais)*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 030/2012, do Instituto de Previdência do Município de Breves que aposenta por invalidez o Senhor Arnaldo Lima da Silva no cargo de Vigia, com proventos integrais no valor de R\$-1.100,94 (hum mil e cem reais). **Processo nº 201220377-00; Instituto de Previdência do Município de Muaná; Aposentadoria – Portaria nº 026, de 28.11.2012; Interessada: Aracy Pereira da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares)**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*proponho ao Douto Plenário o registro da Aposentadoria da Sra. Aracy Pereira Costa, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com provento mensal de R\$-933,00 (novecentos e trinta e três reais), conforme o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da aposentadoria da Sra. Aracy Pereira Costa, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com provento mensal de R\$-933,00 (novecentos e trinta e três reais), conforme o disposto no Artigo 3º da



Emenda Constitucional nº 47/2005. **Processo nº 201300326-00; Instituto de Previdência do Município de Muaná;** Aposentadoria – Portaria nº 001, de 13.02.2014; Interessado: Elba Caripunas Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*proponho ao Douto Plenário o registro da Portaria nº 001/2014 que aposenta a Sra. Elba Caripunas Costa, no cargo de Servente, com provento proporcional no valor de R\$-878,45 (oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), conforme o disposto no Artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação da Emenda Constitucional nº 70/2012*”. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 001/2014 que aposenta a Sra. Elba Caripunas Costa, no cargo de Servente, com provento proporcional no valor de R\$-878,45 (oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), conforme o disposto no Artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Processo nº 201320941-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu; Nomeação de Candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2010; Interessada: Vanessa Moraes dos Reis e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Decretos que nomeiam os aprovados no Concurso Público nº 001/2010, realizado pela Prefeitura Municipal de Dom Eliseu, nos termos do voto do Relator.

Processo nº 201100585-00; Fundação Municipal de Assistência ao Estudante; Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 18.144 de 10.02.2009, que negou registro aos Contratos Temporários nº's 028 a 035/2008; Responsável: José Alyrio Wanzeler Sabbá; Instrução: DIAPE; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a modificação do Acórdão nº 18.144 de 10.02.2009, para que sejam registrados os Contratos Temporários de nº's 028 a 035/2008*”. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a modificação do Acórdão nº 18.144, de 10.02.2009, para que sejam registrados os Contratos Temporários de nº's 028 a 035/2008.

Processo nº 201003285-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Subsídios – Lei



002/2010, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Responsável: Hélio Leite da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 21.06.2012. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA:** *"acompanho o Voto Vista do Conselheiro Daniel Lavareda, no sentido de cadastrar parcialmente a Lei Municipal nº 002/2010 do Município de Castanhal, advertindo ao Poder Executivo da necessidade de considerar para a revisão dos subsídios em questão, apenas a correção inflacionária dos 12 meses anteriores à concessão, com fins de reposição dos valores, nos termos do que dispõe o Art. 37, X da CF/88, com efeitos ex nunc."* **Em votação:** na Sessão do dia 21.06.12, o Conselheiro Antônio José votou *"pelo cadastramento do Ato"*. O Conselheiro Daniel Lavareda divergiu do Relator e votou *"pelo cadastramento, com ressalvas, do Ato para autorizar o pagamento a partir dessa decisão, apenas do percentual que corresponde ao índice da inflação. A partir daí, o que foi pago será glosado. O que foi pago antes, será regular"*, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves e pela Conselheira Rosa Hage. Na presente Sessão, após o VOTO VISTA, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam a divergência. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal nº 002/2010 do Município de Castanhal, **por maioria**, com ressalva, advertindo ao Poder Executivo da necessidade de considerar para a revisão dos subsídios em questão, apenas a correção inflacionária dos 12 meses anteriores à concessão, com fins de reposição dos valores, nos termos do que dispõe o Art. 37, X da CF/88, com efeitos ex nunc. Vencido o Conselheiro Antonio José que votou pelo cadastramento sem ressalva. O Conselheiro Sérgio Leão não votou, pois a Conselheira Rosa Hage já havia se manifestado no dia 21.06.12.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA. O Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra e assim pronunciou-se: *"li ontem nos jornais, com satisfação, que hoje ou amanhã, num esforço concentrado que esta sendo feito no Congresso Nacional, vai a voto a PEC que trata do retorno do adicional de tempo de serviço aos Magistrados e Procuradores. Quero destacar aqui que há uns dois, três meses atrás, fui fazer uma visita ao amigo e Desembargador Minton Nobre, e já naquela altura pessoalmente o parabeneizei, e agora faço publicamente. Este é um trabalho muito grande em que o Pará está diretamente vinculado, através do trabalho do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, conduzindo este processo todo que tem como Presidente o Desembargador Milton Nobre. Ele espera se aposentar no final do ano, tem anunciado isso, acho que se o fizer o faz com 2 anos de antecedência, ele é um pouco mais novo do que eu, e o Pará perde um Desembargador importante por dois anos. Esse trabalho é de suma importância, e vai coroar de êxito, sem dúvida, toda a sua Presidência no Colégio. Quero fazer este registro na Ata do Tribunal e que seja dado conhecimento ao Desembargador Milton, e parabenizá-lo pelo trabalho"*. Os Conselheiros e a Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva pediram a palavra e associaram-se aos votos proferidos pelo Conselheiro Aloísio Chaves. A Presidência determinou a imediata comunicação da decisão, com o encaminhamento da Ata ao Excelentíssimo Desembargador Milton Nobre. A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para solicitar ao Corregedor as seguintes providências: *"tenho feito a leitura das Atas do Tribunal e, por muitas vezes, tenho encontrado erros que comprometem inclusive a votação do Pleno, no sentido de que o Ministério Público falou de uma forma e lá estava de outra, de que havia quorum e, pelo que li, a ausência do Conselheiro X implicaria em não haver quorum, e demais situações. Tenho chamado o Secretário, mostrado, e ele tem feito as correções dessas Atas. Peço providências a V. Exa na organização desse trabalho, inclusive com relação as gravações das manifestações neste Plenário, porque na última Sessão*



que participei, pedi a gravação porque queria ouvir uma discussão com relação a um Decreto encaminhado pela Prefeitura, e observei o Conselheiro Aloísio Chaves ligando o microfone, se manifestando, e inclusive fazendo elogio ao meu voto, que já agradei, e em seguida o Conselheiro Daniel Lavareda da mesma forma e, quando pedi a gravação, veio sem nenhum voto dos Conselheiros, só com o meu voto. Então, eu peço a atenção de V. Exa. porque uma coisa influencia a outra no sentido de fazer a Ata, até porque as vezes a servidora que está aqui no Pleno, ou o servidor, pode ter deixado passar e a Secretaria pode ter acesso a gravação até para melhor fazer a Ata. Então, eu peço providências a V. Exa, como Corregedor deste Tribunal, quanto a esses serviços porque acho que isso compromete as decisões dessa Corte. Obrigada ". Em seguida o conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra: "gostaria de colocar para Conselheira Mara Lúcia que me espanta a observação que ela fez. Primeiro porque isso não é trabalho do Corregedor, com todo respeito as atribuições que o Corregedor possa ter, V. Exa. é Vice Presidente desta Casa e não me informou disso. Eu tenho que cobrar porque é uma coisa pública, já que V. Exa. coloca no Plenário. V. Exa deveria ter comunicado à Presidência. Estive um dia desses viajando e V. Exa estava na Presidência, sabia que eu ia viajar porque avisei numa Reunião Administrativa, para que eu pudesse chamar o funcionário, e cobrar e ver inclusive a Secretaria". A Conselheira Mara Lúcia assim respondeu: "este fato ocorreu na última Sessão e V. Exa. estava presente". O Conselheiro José Carlos Araújo indagou: "estava presente ? Então melhor ainda". A Conselheira Mara Lúcia respondeu: "sim, V. Exa. estava presente. Estou pedindo providências ao Corregedor porque entendo, já fui Corregedora, que faz parte das atribuições da Corregedoria. Pedi e o servidor não me encaminhou, por isso estou pedindo as providências desta Corregedoria". O Conselheiro José Carlos Araújo assim manifestou-se: "entendo que faz parte do trabalho de V. Exa como Vice Presidente. Não estou querendo diminuir o trabalho do Corregedor. V. Exa sempre teve a liberdade para fazer o que quis, ou o que deve fazer como Vice Presidente ". O Conselheiro Cezar Colares assim manifestou-se: "aquilo que estiver dentro das possibilidades, vamos reunir com os setores para verificar se tem alguma questão técnica sobre gravação. Já me disseram uma vez que seria conveniente a substituição, inclusive, dos microfones que são direcionais e, as vezes, se ele tiver um pouco afastado não entra. Vamos analisar isso e levar alguma sugestão sobre o assunto". **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e trinta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dois de setembro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão